



**CERTIDÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

REFERÊNCIA:	CONTAS DE GESTÃO	EXERCÍCIO: 2022
AUTARQUIA:	SENAPREV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DE SENADOR CANEDO	
LEI DE CRIAÇÃO:	LEI Nº 550/1998	
GESTOR (A):	ANA MARIA EMOS FERREIRA	
REFERÊNCIA:	RELATÓRIO DAS CONTAS DE GESTÃO EXERCÍCIO 2022	

**1. APRESENTAÇÃO**

A Controladoria Geral do Município de Senador Canedo/GO, no cumprimento de sua função institucional, ao disposto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988; arts. 76 ao 80 da Lei Federal nº 4.320/64; e arts. 48, 54 e 59 da Lei Complementar nº 101/2000; bem como ao disposto na IN nº 001/2023, referente ao segundo semestre de 2022 no TCM/GO, data de 31/01/2023, com redação também da IN nº 008/2015, e **RN nº 004/2001 e RN nº 004/2002**, emite Certidão acerca das Contas de Gestão da **SENAPREV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DE SENADOR CANEDO/GO**, no exercício 2022, e expõe suas considerações.

Preliminarmente, faz-se considerar que além de atender exigência legal e exercer função fiscalizadora, o órgão de Controle Interno tem o objetivo principal de apoiar o gestor público, buscando maior segurança nas decisões, de forma prévia, concomitante e posterior a fim de evitar erros e corrigir vícios e falhas em tempo real.

**2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**CERTIFICO**, para os devidos fins que, durante as fases da execução orçamentária referente ao exercício de 2022 – **SENAPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DE SENADOR CANEDO** - houve o envio das documentações pertinentes às despesas públicas a esta Controladoria Geral, a fim de aferição de sua compatibilidade com o PPA, LDO, e LOA, bem como, para comprovar sua legalidade nos termos da Lei nº 4.320/1964 e LC nº 101/2000 - LRF,



conciliando com o prescrito na RN nº 04/2001 e IN nº 08/2021, ambas do TCM/GO, para tanto informamos ainda que:

a) As despesas são empenhadas à conta de créditos específicos e próprios, previstos no Orçamento vigente.

b) Quanto à receita constatamos que as mesmas se realizaram e foram contabilizadas em conformidade com a previsibilidade constante da Lei nº 4.320/1964.

c) Todas as Notas de Empenhos (NE's) e Ordens de Pagamentos (OP's) estão devidamente enumeradas por ordem cronológica e são assinadas pelas respectivas autoridades competentes; e

d) Todos os procedimentos administrativos relativos a geração de despesas, devidamente instruídos, comprobatórios, enviados a este Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, estão sob a guarda da Controladoria Geral deste Município, à disposição desta Corte de Contas.

De forma complementar foram realizados os seguintes procedimentos:

a) Aferição da compatibilidade das despesas com os instrumentos de orçamento público (PPA, LDO e LOA) - arts. 15 a 17 da LRF LC nº 101/2000 e art. 2º, VIII, da RN nº 04/2001 - TCM/GO;

b) Verificação da legalidade dos empenhos no referido mês - arts. 58 a 62 da Lei nº 4.320/1964;

c) Verificação da documentação apresentada pelos credores (notas fiscais e outros) para Liquidação da Despesa, cabendo a SENAPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DE SENADOR CANEDO a realização deste procedimento - art. 63 da Lei nº 4.320/1964;

d) Análise sobre os pagamentos realizados, se estes observaram estritamente as condições de empenho e liquidação - art. 64 a 70 da Lei nº 4.320/1964;



e) Fiscalização quanto aos bens patrimoniais do município - arts. 1º, 11 e 15 da RN nº 004/2001 - TCM/GO;

f) Fiscalização quanto à execução do orçamento público - art. 2º, IX, da RN nº 004/2001 - TCM/GO; e

g) Verificação de suplementações e reduções orçamentárias dentro do limite disponível na LOA.

Dentre todos estes procedimentos realizados pode ser constatado que os Empenhos se compatibilizaram com as Diretrizes Objetivos e Metas do PPA, Metas e Prioridades da LDO e a fixação das Despesas e estimativas das Receitas da LOA.

Ademais, a liquidação de despesa se deu conforme documentação comprobatória dos credores (comprovando-se a prestação dos serviços e o fornecimento de materiais), ratificado estes pela Administração Municipal.

### 3. DOS ADIANTAMENTOS

Após pesquisa, esta Controladoria constatou que, durante o do exercício de 2022, não houve transferência de recurso do Tesouro Municipal a título de Adiantamento.

### 4. DOS CONTROLES ESTABELECIDOS NA RN Nº 004/2001 e Nº 004/2002 - TCM/GO

Esta Controladoria executa e sistematiza os controles estabelecidos nas RN nº 004/2001 e nº 004/2002 - TCM/GO. Tendo em vista, sempre que possível, esta gestão investe na capacitação dos servidores, de forma à aperfeiçoar as metodologias de trabalho, sempre buscando melhorar os controles existentes e orientar a Administração na execução operacional de suas atividades, desempenhando um trabalho de orientação preventiva.

### 5. DAS AUDITORIAS E DAS IRREGULARIDADES

No exercício de 2022, esta controladoria não realizou auditorias internas, porém realizará cronograma anual em todas as gestões.





Todavia, é realizado sistematicamente controle efetivo e criterioso, por meio das análises prévias dos processos administrativos que resultem a realização de despesas, seja através de procedimento licitatório, dispensa e inexigibilidade de licitação ou contratação direta por limite de valor, nos termos do art. 24, da Lei nº 8.666/93, elegendo em alguns casos a utilização na Nova Lei de Licitações nº 14.133/21.

Os procedimentos de contratação seguem o fluxograma definido por esta Controladoria através de Decreto Municipal nº 2.307/2021 e são encaminhados para a Certificação de Regularidade das Despesas. Nesta análise, quando constatadas irregularidades ou erros formais e involuntários são devolvidos, através de aberturas de vistas ao órgão de origem para saneamento de falhas, quando possíveis.

Dessa forma, essa Especializada não constatou nenhum dano causado ao Erário durante o período, não tendo conhecimento de existência de sindicâncias, inquéritos e processos administrativos, bem como não houve tomadas de contas especiais instauradas por este órgão de controle interno. Sendo que o responsável pelo sistema de controle interno ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dará ciência ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e adotará as medidas necessárias para sua devida apuração e responsabilização.

## 6. DA DOCUMENTAÇÃO

**CERTIFICO**, a partir dos procedimentos supramencionados, que houve a análise pela Controladoria deste Poder Executivo sobre documentos contidos nos balancetes, atestando-se a fiel execução orçamentária e financeira das receitas e despesas, contendo:

a) Todos os empenhos emitidos em cada mês, com indicação da data, da classificação da despesa, do credor, do valor, distinguindo os processados dos não processados;

b) Rol de todas as ordens de pagamento cumpridas no mês, com indicação dos empenhos a elas inerentes, das datas, valores, dos credores e que as mesmas efetivamente foram liquidadas, ou seja, de que os serviços foram realizados, estando os documentos comprobatórios das quitações havidas;





c) Controle de "Despesas a Pagar" verificadas até o período de referência, com classificação completa da despesa, com explicitação dos saldos providos do mês anterior, das inscrições e baixas havidas, bem como o saldo que se transfere para o mês seguinte, distinguindo-se, obrigatoriamente, as processadas das não processadas;

d) Motivação dos "Restos a Pagar", com indicação da classificação Funcional-Programática, da natureza da despesa até o nível do subelemento, distinguindo-se os processados dos não processados, os saldos anteriores, as baixas ocorridas e os saldos que se transferem para o mês seguinte;

e) Demonstração analítica de todas as outras despesas extra - orçamentárias efetivadas no mês (Depósito, Consignações, Ativo Realizável e outros); e

f) Relação de Valores Decorrentes do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município de Senador Canedo.

Ademais, declara-se ainda que:

a) Não houve alienações de bens móveis e imóveis;

b) Quanto à execução orçamentária da LOA para o corrente ano, no que se refere ao orçamento previsto para SENAPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DE SENADOR CANEDO/GO e às Leis de Suplementação autorizadas, conforme demonstrado nos balancetes, verificou-se que houve a necessidade de suplementação da Lei Orçamentária Vigente;

c) O gasto com pessoal não está ultrapassando o limite máximo da Receita Corrente Líquida, conforme estabelecido no art. 20, III, "b", da LC nº 101/00 - LRF. Em análise, constatamos que houve provimento de cargos efetivos, seguindo o devido processo legal, respeitando o Plano de Cargos e Salários do Município e o Estatuto do Servidor;

d) A realização de obras públicas no corrente ano, estão em conformidade com o art. 5º da Resolução Normativa nº 004/2001 e Instrução Normativa nº 10/2015, ambas do TCM/GO;



e) Quanto ao levantamento, tombamento, avaliação e reavaliação dos bens patrimoniais do Município, foi certificado por este órgão de controle interno que o mesmo está em andamento; e

f) Quanto ao site oficial do município e Portal da Transparência verifica-se empenho na integração de todos os atos administrativos formais existentes na atual gestão.

## **7. DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008/2021 - TCM/GO**

Por oportuno, faz-se imperioso registrar que, com o advento a IN nº 008/2021 - TCM/GO - órgão julgador responsável pelo exercício do controle externo constitucional desta gestão, frisa-se a necessidade de promover investimentos no Sistema de Controle Interno do município, relacionados à disponibilização de recursos físicos, tecnológicos e humanos, bem como a capacitação de seus agentes, por parte do Chefe do Poder Executivo, para que a referida norma seja observada/aplicada e alcance os resultados esperados de controle da Administração Pública municipal, em especial sobre as dez áreas (art. 11, § 1º) que enseja controles específicos e as ações de auditoria interna.

Com efeito, foi cumprida a Tarefa Funcional de Controle sobre eles, de forma prévia, concomitante e subsequente nos termos do art. 77 da Lei nº 4.320/1964.

## **8. DOS DOCUMENTOS SOB A GUARDA DO CONTROLE INTERNO.**

No decorrer do exercício de 2022, a **SENAPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DE SENADOR CANEDO** enviou todos os balancetes eletronicamente ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, TCM-GO, contudo:

**CERTIFICO** que os Balancetes Físicos, instruídos com a documentação contábil original, previsto nas IN nº 001/2023 - referente ao segundo semestre de 2022 no TCM/GO, data de 31/01/2023, IN nº 008/2015 - TCM/GO; encontram-se sob a guarda da Controladoria Geral do Município, devidamente arquivados, à disposição dos órgãos de controle externo e demais interessados nos termos da **Lei de Acesso à Informação**.

## **9. CONCLUSÃO**



Após análise dos documentos comprobatórios das despesas, bem como dos demais atos de gestão em consonância com a legislação aplicável a cada ato, adstritos aos limites de análise do Controle Interno, concluímos pela **CONFORMIDADE** das Contas de Gestão da **SENAPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DE SENADOR CANEDO**, referente ao exercício de 2022, vez que os documentos originais foram analisados sob a ótica da formalidade e da materialidade dos documentos apresentados, formalizados nas normas contidas na Lei nº 4.320/1964 e em conformidade com a IN nº 001/2023, referente ao segundo semestre de 2022 no TCM/GO, data de 31/01/2023, IN nº 008/2015 - TCM/GO, e que as demonstrações contábeis refletem fatos reais, assim, aptas a receber parecer pela aprovação dessa Corte de Contas, resultando com Eficácia e Eficiência da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Administração.

A opinião supracitada não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso desejar.

Sendo só a certificar.

Controladoria Geral do Município de Senador Canedo, aos 13 dias do mês de fevereiro de 2023.

MARCUS FELLIPE GONÇALVES BARBOSA  
Chefe da Controladoria Geral  
Decreto nº 3.340/2022

Marcus Fellipe Gonçalves Barbosa  
Controlador Geral do Município - CGM  
Decreto nº 3.340/2022